

APLICAÇÃO DO ACORDO EXIGIRÁ MUITOS RECURSOS

— Presidente da República falando ontem ao corpo diplomático acreditado no país

O Presidente da República, Joaquim Chissano, afirmou ontem em Maputo que a aplicação do Acordo Geral de Paz e a consecução das gigantescas tarefas nele inscritas, exigem recursos financeiros e materiais que o Governo de Moçambique por si só não poderá reunir. O apelo do estadista moçambicano foi feito no decurso de uma recepção oferecida ao corpo diplomático acreditado em Maputo, por ocasião do fim do ano.

Na óptica do Presidente da República, a consolidação e o sucesso do Acordo Geral de Paz passa necessariamente pelo envolvimento de todos os moçambicanos e da comunidade internacional.

Chissano disse serem tarefas de momento a desmobilização e a integração dos elementos das Forças Armadas de Moçambique e da Renamo, o repatriamento e a reafixação das populações refugiadas e deslocadas, bem como a preparação das primeiras eleições gerais multipartidárias.

O Chefe do Estado moçambicano apontou igualmente como prioridade no processo de pacificação nacional, a reconstrução das infra-estruturas económicas e sociais destruídas pela guerra e a reabilitação do homem moçambicano "durante muitos anos traumatizado e instrumentalizado por este conflito".

— Apesar desta situação, encorajam-nos os sinais da consolidação da paz que se desenham no país, criando assim boas perspectivas para o progresso e prosperidade económico-social. Este processo de desenvolvimento deverá continuar a contar com o concurso da comunidade internacional — refere o discurso do Chefe do Estado.

Num outro desenvolvimento, Chissano disse desenharem-se na África Austral novos cenários no aprofundamento dos processos democráticos e do espírito de reconciliação nacional, no quadro do maior reconhecimento da interdependência entre os Estados da região.

— Com expectativa continuamos a acompanhar na África do Sul o desenvolvimento do processo que tem em vista a erradicação total do sistema do "apartheid" e a democratização da sociedade sul-africana — afirmou Chissano.

Angola mereceu igualmente referência no discurso do Presidente da República. Neste âmbito, o estadista moçambicano afirmou que "é com grande preocupação que acompanhamos a situação político-militar prevalente em Angola, após as eleições de Setembro último. A continuação da violência naquele país não só constitui uma tragédia para o povo irmão de Angola, mas também um foco de desestabilização para toda a região Austral de África".

Destaque foi também para a situação conflituosa no Médio-Oriente e Europa, naquilo que Chissano classificou de um revés ao ambiente de distensão nas relações internacionais.

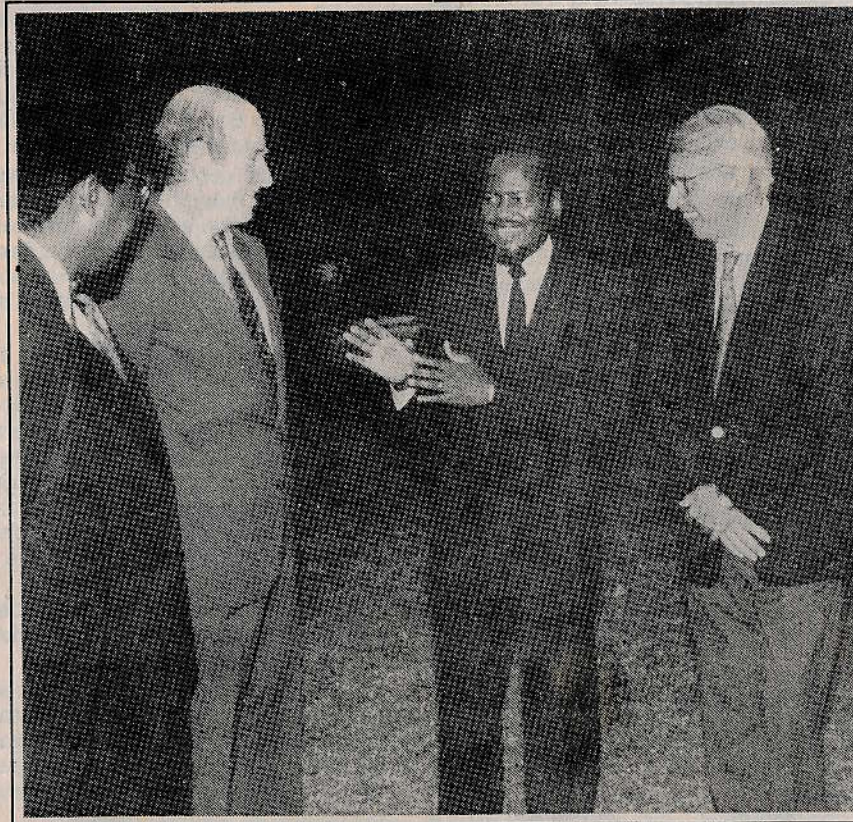
Para Chissano, é também com grande apreensão que o executivo moçambicano acompanha a falta de progresso que se tem verificado nos processos visando a autodeterminação dos povos do Sahara Ocidental e de Timor-Leste.

Nesta base, o apelo feito foi no sentido de os países directamente envolvidos nestas questões "para a observância das resoluções das Nações Unidas sobre estes territórios".

— Aos Estados aqui representados, gostaríamos de reiterar a vontade da República de Moçambique de reforçar as relações de amizade e cooperação existentes, em prol do progresso — diz

a terminar o discurso do Presidente Chissano, na recepção oferecida ao corpo diplomático acreditado na capital moçambicana.

A anteceder o discurso do estadista moçambicano, interveio o decano do corpo diplomático, o Embaixador do Malawi, Bernard Kachama, o qual congratulou as partes envolvidas no processo de democratização e pacificação do país.



O Presidente Joaquim Chissano, tendo à sua esquerda Aldo Ajello, trocando impressões.